

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 18 de agosto de 2025 às 07h49*  
*Seleção de Notícias*

Migalhas | BR

ABPI

MIGALHAS nº 6.164 .....	3
MIGALHAS	

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

STF mantém Cide e garante bilhões para inovação tecnológica .....	10
---	----

Propriedade Intelectual

Brasil não tem tratamento desleal ou discriminatório contra EUA, diz confederação do agro ....	12
--	----

## MIGALHAS nº 6.164



Sexta-Feira, 15 de agosto de 2025 - Migalhas nº 6.164.

Fechamento às 07h28.

"Tudo vale a pena quando a alma não é pequena."

Fernando Pessoa

Tributos e versos

Ontem, no STF, em meio a um debate técnico sobre muitas tributárias, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Luciana Miranda, decidiu que a frieza dos números merecia um sopro de poesia. Citou um verso de Tabacaria, de Fernando Pessoa: "Espero que o poeta me perdoe, porque ele evidentemente falava de pessoas (...) e eu trago para muitas tributárias". Afinal, até o Fisco merece um pouco de lirismo. ()

Tributos e versos - II

Para ilustrar a importância de classificar corretamente as infrações fiscais, Miranda recitou: "Tomaram-me por quem não era e não desmenti e perdi-me." Na sequência, Barroso, com aquele humor de quem também conhece a dor de pagar impostos, arrematou: "Fernando Pessoa em multa tributária. revirou o homem no túmulo." ()

Multa isolada

Sobre o caso narrado anteriormente, os ministros decidiram devolver para o plenário virtual a análise de multa por descumprimento de obrigação acessória em operações sem crédito tributário. ()

Minuto Migalhas

Felca, Xandão, decisões de peso e novos ministros: tudo isso no Minuto Migalhas da semana. Assista. ()

Restituição na conta de energia

O STF validou a lei 14.385/22, que obriga distribuidoras de energia a devolver aos consumidores valores pagos a mais pela inclusão indevida do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins. Fixou-se prazo prescricional de 10 anos para o pedido de restituição e definiu-se que podem ser deduzidos tributos incidentes e honorários advocatícios específicos. Boa notícia: vem dinheiro de volta. Má notícia: é provável que venha parcelado. ()

Matemática

Durante o julgamento narrado acima (e não, não é de migalhas que estamos falando, porque o valor é gordo), Gilmar Mendes afirmou haver "prova aritmética" de que a Corte errou ao excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, decisão de 2021. ()

Subsídio de delegados

O STF declarou inconstitucionais a lei 2.853/14 e o decreto 5.194/15, do Tocantins, que tratavam do reajuste dos subsídios de delegados da Polícia Civil. O decreto foi derrubado por violar separação dos Poderes, legalidade e a presunção de constitucionalidade das normas; a lei, por abuso de poder político, pois foi feita sem respaldo orçamentário e às vésperas das eleições de 2014, afrontando o art. 169, §1º, da CF. Em resumo: matemática eleitoral não é contabilidade pública. ()

Aditamento verbal

No julgamento anterior, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, fez um movimento incomum: apresentou, de forma oral, aditamento à petição ini-

cial da ADIn que, originalmente, pedia apenas a invalidação do decreto. A medida foi tomada após o ministro Gilmar Mendes, no julgamento iniciado no plenário virtual, propor que também a lei fosse declarada inconstitucional por arrastamento. Como a Corte exige pedido expresso, Gonet tratou de viabilizar o "combo" jurídico. ()

## À flor da pele

No encerramento da sessão de ontem do STF, ministro Fux registrou irresignação com a forma como foi proclamado o resultado do julgamento da CI-DE-Royalties, realizado na véspera. Relator da ação, Fux perdeu a função para o ministro Flávio Dino. ()

## Perfis na mira

Juíza determinou a quebra de sigilo de 233 perfis que acusaram o youtuber Felca de pedofilia. ()

## In dubio pro reo

3ª seção do STJ absolveu condenado por estupro ao julgar procedente revisão criminal baseada na reatuação de duas vítimas após o trânsito em julgado. ()

## Mães carcerárias

Para desembargadora aposentada Cecília Mello, decisão do STJ que equiparou a amamentação e os cuidados maternos de mulheres presas para fins de remição de pena corrige omissão histórica e reconhece o cuidado materno como trabalho de relevância social. ()

## Constitucionalismo fraterno

Ministro Reynaldo Soares da Fonseca concedeu habeas corpus de ofício para substituir prisão em regime semiaberto por prisão domiciliar de mulher condenada por uso de documento falso, visando proteger a filha de 8 anos, com base no constitucionalismo fraterno. ()

## Bloqueio

3ª turma do STJ decidiu que a tentativa frustrada de citação não é pré-requisito para o arresto online de bens. ()

## Processo encerrado

Juiz encerrou antecipadamente a recuperação judicial da Samarco ao constatar o cumprimento integral do plano aprovado em 2023. ()

## Brumadinho

Vale foi condenada a indenizar homem que presenciou o rompimento da barragem de Brumadinho e perdeu amigos na tragédia. ()

## Segurança falha

TJ/DF condenou o Airbnb a indenizar mãe e filha por danos materiais e morais após invasão e furto em apartamento alugado na Espanha. ()

## Perturbação

TJ/DF condenou o Itaú a indenizar por danos morais consumidor com doença grave que recebia cerca de 60 ligações diárias para renegociação de dívida já recusada. ()

## Reajuste abusivo

TJ/SP manteve nula cláusula de reajuste em plano com três beneficiários, ao reconhecer que o contrato era "falso coletivo". ()

## Alvos

MP/RJ pediu a prisão preventiva de três jovens acusadas de dopar e roubar turistas ingleses no Rio de Janeiro. ()

## Assédio sexual

Câmara aprovou projeto que inclui o assédio sexual no Código Penal Militar e prevê medidas de proteção e prevenção. ()

## Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

STF tem 3 votos para rejeitar recurso sobre transusão a Testemunhas. ()  
Dono da rede Ultrafarma, Sidney Oliveira é preso em operação do MP/SP. ()  
Advogados são condenados por fraude que lesou Judiciário em R\$ 31 milhões. ()  
Zanin barra execução por afrontar suspensão de ações de pejetização. ()  
Loja da Adidas e Outlet indenizarão consumidor picado por escorpião. ()  
Aposentada nega empréstimo e juiz barra cobrança de consignado do INSS. ()  
TRT -18 reconhece vínculo e manda empresa registrar trabalhadora. ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

## Colunas

### Marketing Jurídico

Consultor Alexandre Motta faz um alerta importante: como se proteger diante de tantos fornecedores que prometem mundos e fundos, mas não entregam nada. Em sua coluna, ele revela a dinâmica de um mercado que criou um formato sofisticado - e exclusivo - para enganar a advocacia contemporânea. ()

### Migalhas de Direito das Organizações

Fabrizio de Souza Oliveira explica que o controle societário é o poder de influenciar e direcionar as decisões em sociedades anônimas, assumindo diversas formas conforme a estrutura e dinâmica da empresa. ()

## Migalhas de peso

- "Entre concorrência e regulação: A autoridade concorrencial decide sobre divulgação e uso de tabelas de preços no setor de saúde suplementar", por Alessandro Pezzolo Giacaglia (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "Não incidência de ITBI na meação de bens em divórcio consensual sem compensação financeira", por Lara Hoeltz Sperb (Andrade Maia Advogados). ()

- "Reserva de vagas para mulheres em conselhos de estatais: O que traz a nova lei 15.177/25", por Marcella Munaretto Cabral e Fernanda de Brito Freire do Nascimento (monteiro de castro, setoguti advogados). ()

- "A hora da conciliação: Por que o acordo nas ações de planos econômicos é a solução inteligente para todos?", por Jean Carlos Gomes e Michele do Nascimento Dimate (Chalfin, Goldberg & Vainboim Advogados). ()

- "**Marcas:** Tolerância e riscos", por Pedro Marcos Nunes Barbosa e Bernardo Guitton Brauer (Denis Borges Barbosa Advogados). ()

- "Candidata com 1,58m consegue voltar para o concurso da Polícia Militar na Justiça", por Ricardo Fernandes (Fernandes Advogados). ()

- "Nova lei de licenciamento ambiental: Desafios e velhos obstáculos", por Roberta Jardim de Moraes e Carolina Teixeira Piñeira (Cescon Barriau Advogados). ()

- "Plataformas sob pressão: Até onde vai a responsabilidade da intermediação?", por Mariana Motta de Ferreira Lima (Serur Advogados). ()

## Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

## LGPD

Prefeitura do Rio de Janeiro e o Sebrae/RJ realizam, em 22 de agosto, a 3ª edição do "Conecta Rio LGPD" para celebrar os sete anos da lei e promover a troca de experiências sobre proteção de dados entre servidores e especialistas. ()

## Prata da casa

Albuquerque Melo Advogados promoveu o advogado Rafael Verdant a sócio do escritório, fortalecendo sua atuação estratégica na área de Contencioso Cível. ()

## Programas de estágio

Mattos Filho abre inscrições para os programas de estágio "Jovens talentos" e "Soma talentos" 2026. As inscrições são para estudantes de Direito e podem ser realizadas até o dia 18/8. ()

## Baú migalheiro

Há 62 anos, em 15 de agosto de 1963, o presidente Fulbert Youlou foi forçado a renunciar ao cargo na República do Congo (Congo-Brazzaville), após revolta popular de três dias na capital, Brazzaville. O episódio marcou o fim de seu governo autoritário e o início de uma nova fase política no país, com a ascensão de um regime mais alinhado ao socialismo. (Compartilhe)

## Último dia do Sorteio

Um kit exclusivo da Editora Migalhas () e outro composto por obras diversas (). Participe!

## Novidades

Hoje, Rita Cortez, do escritório AJS|Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB, participa

da abertura das apresentações e debates das obras "C-LT Comentada" e "Dano Tanatológico - Dano da perda da vida e dano reflexo da morte", que acontece dia 15/8, às 10h30, no IAB. Os autores das obras Claudio Freitas, Amanda Diniz e Alexandre Belmonte, além da Mônica Santos, presidente da ACAT, participarão do evento que tem **mediação** da Marcia Dinis, presidente da Sacerj. Dia 19/8, às 17h30, Bruno Freire e Silva (Bruno Freire Advogados) lança o livro "Pensando o Direito - 13 lições fundamentais para o crescimento na advocacia". O evento acontece no salão nobre da UERJ, RJ, e 100% da venda será doada para projetos sociais na Fundação Márcio Freire. Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados, lança a 2ª edição, atualizada e ampliada, do livro "Código da Propriedade Industrial conforme os Tribunais - Volume 1 - patentes" (Editora Lumen Juris). Dia 4/9, às 18h30, na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi, em SP.

## Migalhíssimas

Marco Fonseca, de Demarest Advogados, participa hoje do "3º Congresso de Direito Empresarial (CODE)", que acontece em Brasília. Marco Antonio preside o painel "Direito da concorrência: o que há de novo?", ao lado de Juliana Domingues e Amanda Athayde, referências no campo da concorrência e regulação. O debate acontece das 14h30 às 15h30, na sala Juca Chaves. () Do escritório Dannemann Siemsen, Victor Kronemberger será o moderador do painel "Novas gerações e o mercado de trabalho: o futuro da **Propriedade** Intelectual", que acontece dia 17/8, durante o "45º Congresso Internacional da **ABPI**", em SP. Em pauta, as transformações do mercado de trabalho e o papel das novas gerações na construção do futuro da PI. Dia 18/8, às 9h, Gleice Diniz, de Duarte Garcia, Serra Netto e Terra - Sociedade de Advogados, participa do webinar "Reforma Tributária: os impactos sobre mulheres negras no Brasil". O encontro discutirá, sob uma ótica técnica e social, como as mudanças no sistema tributário afetam diretamente esse grupo. Informações e inscrições, . Ana Tereza Basilio (de Basilio Ad-

vogados e presidente OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Jurisprudência Comercial" com o tema "Extinção da Sociedade Ré no curso do processo: Como Agir?". Dia 18/8, às 12h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ". () Consulado Geral do Panamá no RJ e o escritório Nelson Wilians Advogados promovem, dia 18/8, a "Abertura Oficial do Summit Brasil Panamá 2025". Organizado pela banca, o evento, que será realizado no Auditório AQWA Corporate, no Porto Maravilha, reunirá líderes empresariais e investidores para debater oportunidades estratégicas de negócios tendo o Panamá como porta de entrada para negócios internacionais. Dia 19/8, às 9h30, durante o "Congresso Internacional da **ABPI**", Paulo Parente, de Di Blasi, Parente & Associados, vai moderar o painel "**Patentes** de Inovação Subsequente: as **patentes** chamadas de secundárias e seus critérios de exame", ao lado de Ana Amélia Montenegro (Gerente Jurídica LATAM na Novo Nordisk) e Alexandre Godinho (Chefe da Divisão de Farmácia I no **INPI**). Beatriz logarezzi, de Bottini & Tamasauskas Advogados, participa do seminário "Liberdade de imprensa e poder judiciário", promovido pelo CNJ, dia 19/8, em Brasília. () Comissão Especial de Advocacia Criminal da OAB/SP, presidida por José Carlos Abissamra Filho (VAS Advogados - Vilutis Abissamra Sugumori), recebe, dia 20/8, às 10h, Renata Mariz de Oliveira (Advocacia Mariz de Oliveira), que falará, na abertura, sobre "Advocacia criminal". () Dia 12/8, Machado Meyer Advogados realizou, em parceria com CSCMP e NSTEC, o evento "Reforma Tributária e seu Impacto no Supply Chain", reunindo líderes para discutir os efeitos das novas regras fiscais sobre operações logísticas e tecnológicas, já válidas desde janeiro de 2025. () Erika Bechara, de Szazi, Bechara, Storto, Reicher e Figueirêdo Lopes Advogados, participou como palestrante do "Painel V - Licenciamento Ambiental" no "III Congresso Internacional da ESAP/PGE-RJ de Direito Ambiental". A programação reuniu autoridades e especialistas nacionais e internacionais para debater temas como desenvolvimento sustentável, papel do poder público na proteção am-

biental e políticas econômicas relacionadas a créditos ambientais, incluindo o mercado de carbono. O uso estratégico da IA no setor jurídico foi tema de evento promovido pelo escritório TozziniFreire Advogados em Campinas/SP. Carla Battilana, Leonardo Bertanha e Marcela Masiero destacaram os ganhos de eficiência, gestão de riscos e a importância da capacitação. () Câmara dos Deputados e o Instituto Global ESG firmaram acordo para fortalecer a sustentabilidade e a inovação legislativa. Assinado por Alexandre Arnone e Sóstenes Marchezine, de Arnone Advogados Associados, e Flávio Nogueira, prevê ações conjuntas para aprimorar normas ESG e desenvolver o MRES-G. ()

## Direito das Sucessões

AASP promove hoje o "I Seminário Nacional de Direito das Sucessões". ()

## Prerrogativas

OAB/RJ, Anauni e Sinprofaz reforçam a importância da união dos advogados e advogadas de todos os segmentos diante da reforma administrativa proposta pelo Congresso Nacional. ()

## Gestão processual com precisão

O sistema jurídico Lysis oferece controle completo de prazos, andamentos e documentos, garantindo segurança e organização para escritórios e departamentos jurídicos. Conheça! ()

## Bom fim de semana!

## Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um

profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/Nazaré

MG/Luz

RS/São Paulo das Missões

SP/Ipiguá

SP/Macaubal

SP/Riolândia

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Frantic Week Of Diplomacy For Zelensky"

The Washington Post - EUA

"GOP maps bet big on Latino vote"

Le Monde - França

"L'Ukraine à la merci de la relation Trump-Poutine"

Corriere della Sera - Itália

"Trump-Putin, l'ora della verità"

Le Figaro - França

"Le sort de l'Ukraine entre les mains de Trump et Poutine"

Clarín - Argentina

"Presión a los bancos para que no vuelquen pesos al mercado"

El País - Espanha

"Trump y Putin negociarán la paz con Ucrania y Europa en vilo"

Público - Portugal

"Entidades públicas e privadas punidas por violarem a lei da amamentação"

Die Welt - Alemanha

"Bundesländer wollen Zahl der Abschiebehaftplätze erhöhen"

The Guardian - Inglaterra

"Putin is ready to make a deal, says Trump ahead of Alaska meeting"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Tarifaço pode fechar até 618 mil postos de trabalho em 10 anos"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Apoio à prisão domiciliar de Bolsonaro é de 51%; 42% são contra, diz Datafolha"

O Globo - Rio de Janeiro

"Trump diz que Brasil é parceiro comercial 'horrível' e Lula rebate: 'é mentira'"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Relíquias da fé"



Continuação: MIGALHAS nº 6.164

Correio Braziliense - Brasília

2026"

"Lula e Trump sobem o tom e acirram crise entre países"

Zero Hora - Porto Alegre

"Consumo no comércio gaúcho cresce 4,2% no ano, mas com perda de ritmo"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Lula faz entregas em meio a gestos políticos para

## STF mantém Cide e garante bilhões para inovação tecnológica

O STF (Supremo Tribunal Federal) evitou que a União tivesse de devolver cerca de R\$ 50 bilhões a empresas e manteve uma arrecadação estimada em R\$ 10 bilhões por ano ao validar a ampliação da incidência da Cide-Tecnologia sobre remessas ao exterior. A decisão tem efeito imediato nas contas públicas. A LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) estimava impacto de R\$ 19,6 bilhões, mas cálculos da Receita Federal indicavam que o valor poderia chegar a mais que o dobro. Com o julgamento, o governo não precisará mais reservar nenhum desses montantes no orçamento do próximo ano, já que o risco foi afastado. A contribuição foi criada em 2000 para financiar programas de pesquisa e desenvolvimento no Brasil, com arrecadação destinada integralmente à área de ciência e tecnologia. Entre 2001 e 2007 foram feitas alterações que permitiram a ampliação do tributo para incidir também sobre remessas de royalties, **direitos** autorais e serviços técnicos, mesmo sem relação direta com importação de tecnologia.

A decisão foi tomada no julgamento do Recurso Extraordinário 928943 (Tema 914) e manteve a cobrança sobre valores enviados pela Scania Latin America à matriz na Suécia, referentes a um contrato de compartilhamento de custos para pesquisa e desenvolvimento. A PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) explicou que o resultado não representa, na prática, um aumento imediato de carga tributária, mas mantém um tributo vigente há 25 anos e apenas reconheceu que a lei que regulamenta esse tributo é "totalmente constitucional". "A decisão do STF garantiu a manutenção integral da política de fomento à ciência e tecnologia no Brasil. Uma política que tenta reduzir a distorção do país enquanto exportador de commodities e importador de tecnologias. Isso tem impacto em várias questões, desde a balança comercial até na soberania nacional", diz o texto da pasta. <https://www.youtube.com/watch?v=v33hZA8f3tE> A maioria das grandes empresas, especialmente as au-

ditadas pelas "big four" (PwC, Deloitte, KPMG e EY), já recolhe a contribuição regularmente.

Segundo fontes do setor ouvidas pela reportagem, a ampliação da incidência também foi acompanhada da redução de outros tributos, como o imposto de renda retido na fonte sobre remessas, compensando parte do custo. As ações judiciais mantidas pelas empresas eram estratégicas, para resguardar o direito caso o STF declarasse a cobrança inconstitucional. Com a decisão, a União evita a devolução de valores e mantém a arrecadação, e o efeito maior recai sobre empresas que tinham decisões judiciais suspendendo o recolhimento, que agora podem ter de pagar retroativamente. Para a presidente da P&D Brasil (Associação de Empresas de Desenvolvimento Tecnológico Nacional e Inovação), Rosilda Prates, a decisão representa uma importante medida que confirma a soberania nacional. [https://www.youtube.com/watch?v=Sdb\\_sb3sJwo](https://www.youtube.com/watch?v=Sdb_sb3sJwo) Impacto no setor de tecnologia O entendimento do STF atinge operações típicas de setores que realizam pagamentos por licenciamento de software, uso de **direitos** autorais e contratação de serviços técnicos de empresas no exterior.

A PGFN afirmou que a lei que regula a contribuição está vigente há 25 anos e que "o normal é que as empresas cujas operações são sujeitas à tributação tenham pago a contribuição e, caso não tenham pago, poderão ser regularmente cobradas." O órgão reforça que não se cogita devolução de valores pelas empresas. Sobre contratos de cost sharing, a PGFN explicou que a incidência do tributo foi validada pelo STF e poderá abranger as operações quando o serviço for prestado por empresa domiciliada no exterior. <https://www.youtube.com/watch?v=RVJZDTd2Qsk> Em relação a possíveis normas para evitar litígios, o órgão destacou que "a decisão do STF reconheceu a lógica de que a incidência não precisa ocorrer sobre operações que envolvam tecnologia, desde que os recursos arrecadados pelo tributo se destinem ao fomento de ciência e tecnologia." O con-

ceito moderno de tecnologia, segundo a PGFN, está mais ligado a saber-fazer e serviços do que a aspectos materiais, o que foi superado pelo julgamento desta semana.

A tese de repercussão geral fixada pelo STF determina que a Cide-Tecnologia é constitucional, incluindo as alterações de 2001 e 2007, e que toda a arrecadação deve ser aplicada integralmente em

Continuação: STF mantém Cide e garante bilhões para inovação tecnológica

ciência e tecnologia, como prevê a lei. A CNN procurou a Scania que não retornou até a publicação desta reportagem. O espaço segue aberto. <https://stories.cnbrasil.com.br/economia/amazon-alerta-ia-reduzira-forca-de-trabalho-no-futuro/>

## Brasil não tem tratamento desleal ou discriminatório contra EUA, diz confederação do agro

Notícias em tempo real e o que você precisa saber para entender o Brasil e o mundo. Acesse o g1 aqui!

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) negou que o Brasil tenha práticas comerciais que possam ser consideradas "desleais ou discriminatórias" contra os EUA. A entidade protocolou, nesta sexta-feira (15), uma defesa contra a investigação aberta a pedido do presidente Trump, em julho.

A investigação realizada pelo Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (US-TR, na sigla em inglês) tem por base a Seção 301 da Lei de Comércio de 1974. Essa legislação prevê a apuração de práticas estrangeiras desleais que impactam o comércio americano.

Essa lei permite que os EUA adotem medidas para tentar corrigir práticas comerciais desleais, como a aplicação de tarifas ou sanções contra o país-alvo da investigação.

A investigação misturou declarações comerciais e políticas para tentar justificar a tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. Envolveu desmatamento e até a ferramenta PIX, do Banco Central, e o comércio da 25 de março.

A defesa do CNA aborda 3, dos 6 eixos temáticos apontados pelos EUA na investigação. Confira abaixo.

### Tarifas preferenciais

Qual é a acusação: o documento diz que o Brasil concede tarifas reduzidas e vantajosas a determinados parceiros comerciais estratégicos, o que colocaria as exportações dos EUA em desvantagem competitiva.

O que diz a CNA: a entidade alega que o Brasil con-

cede tratamento tarifário preferencial de forma limitada, com base em acordos compatíveis com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e com a Cláusula de Habilitação da Organização Mundial do Comércio (OMC), como os celebrados com México e Índia.

Esses acordos representariam apenas 1,9% das importações brasileiras, segundo a confederação. Além disso, a organização afirma que os EUA possuem acordos de livre comércio em vigor com 20 países.

Por estas razões, "não há tratamento discriminatório contra os EUA e a rede atual de acordos preferenciais do Brasil é limitada e não prejudica as relações comerciais bilaterais com o país", diz o documento.

Saiba também:

Por que grandes frigoríficos brasileiros não deverão sentir tanto o tarifaço dos EUA

### Acesso ao mercado de etanol

Qual é a acusação: o texto diz que o país "recuou de seu compromisso de oferecer tratamento praticamente livre de tarifas ao etanol dos EUA e agora impõe tarifas substancialmente mais altas às exportações americanas".

O que diz a CNA: a confederação informa que entre 2010 e 2017 houve uma isenção tarifária para o etanol dos EUA. Depois deste período, foi adotada a tarifa de Nação Mais Favorecida (NMF), que é de 18% - ainda inferior o imposto aplicado aos países do Mercosul, que é de 20%.

A entidade aponta também que o programa RenovaBio, que estimula a produção e consumo de combustíveis renováveis, é aberto a produtores estrangeiros que atendam aos critérios técnicos e am-

Continuação: Brasil não tem tratamento desleal ou discriminatório contra EUA, diz confederação do agro

bientais exigidos.

## Desmatamento ilegal

Qual é a acusação: segundo o documento, "o Brasil aparentemente não está fazendo cumprir de maneira eficaz as leis e regulamentações destinadas a combater o desmatamento ilegal, o que compromete a competitividade dos produtores americanos de madeira e produtos agrícolas".

O que diz a CNA: a organização defende que o Brasil possui legislação ambiental robusta e avançada, como o Código Florestal, a Lei de Crimes Ambientais, o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCD), além de sistemas de monitoramento.

O documento divulgado nesta sexta-feira alega também que o Brasil possui ferramentas como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que garantem rastreabilidade e conformidade da produção agropecuária.

Também são citados o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor) e o Documento de Origem Florestal (DOF+), que fazem um controle da exploração de madeira no Brasil, com rastreabilidade obrigatória e certificações reconhecidas

Quais são os outros 3 eixos?

Na defesa da CNA, ficaram de fora os seguintes eixos presentes no documento da investigação do USTR:

Comércio digital e serviços de pagamento eletrônico

Segundo o documento dos EUA, o Brasil pode estar prejudicando a competitividade de empresas americanas nesses setores, ao adotar medidas de retaliação contra companhias que se recusam a censurar discursos políticos ou o impor restrições à sua atuação no mercado nacional.

Aplicação de medidas anticorrupção

"A falha do Brasil em aplicar medidas de combate à corrupção e de transparência levanta preocupações em relação às normas internacionais contra suborno e corrupção", afirma o texto.

Proteção da **propriedade** intelectual

De acordo com o documento, o Brasil aparenta falhar na garantia de proteção eficaz e fiscalização rigorosa dos direitos de **propriedade** intelectual, o que impacta negativamente os trabalhadores americanos que atuam em setores baseados em inovação e criatividade.

Leia também:

Tarifaço do Trump: agro quer mais detalhes e agilidade na aplicação de medidas de socorro a exportadores

Triangulação: por que mandar produtos para outro país antes dos EUA para driblar tarifaço é ilegal; veja o que é permitido

## Índice remissivo de assuntos

**ABPI**

3

**Marco regulatório | INPI**

3

**Direitos Autorais**

10

**Software**

10

**Propriedade Intelectual**

12